**Texto da conversa de 25 de setembro de 2026**
**durante a revisão do relatório do Conselho Geral da ONU sobre a SSE**

**Nota.** Esta transcrição foi feita usando ferramentas online. Algumas palavras estão imprecisas ou faltando. Para discursos que não estavam em inglês, a transcrição é mais fraca. As versões espanhola e francesa também são traduções automáticas.
RIPESS - novembro de 2026




**Sra. Simel Esim (OIT/UNTFSSE) - Moderadora**

Ministros, ilustres delegados, colegas, bem-vindos a esta discussão sobre o segundo relatório do Secretário-Geral da ONU relativo à implementação da resolução 75-213 da Assembleia Geral adotada em 2004 sobre a promoção da economia social e solidária para o desenvolvimento sustentável, bem como o diálogo ministerial do grupo de amigos sobre a economia social e solidária. Estamos transmitindo ao vivo do auditório do Instituto Cervantes em Nova York e, além dos presentes hoje na sala conosco, temos pessoas se juntando a nós online. A interpretação na sala está disponível em inglês, francês, coreano e espanhol, e online em inglês, francês e espanhol.

Meu nome é Simel Isim. Sou chefe da unidade de economia social e solidária cooperativa na Organização Internacional do Trabalho. Também presido, em nome da OIT, o Grupo de Trabalho das Nações Unidas sobre Economia Social e Solidária, que atua como secretariado do grupo de amigos da SSE.

Tive o privilégio de apoiar essa pasta desde o primeiro Ano Internacional das Cooperativas, em 2012, e, ao longo desses 15 anos, testemunhei como ela ganhou popularidade gradualmente dentro do sistema das Nações Unidas, bem como dentro da OIT. Marcos importantes incluíram a criação do Grupo de Trabalho Interagências das Nações Unidas, o progresso em estatísticas internacionais, padrões para cooperativas e a economia social e solidária. A Conferência Internacional do Trabalho adotou uma resolução sobre trabalho

decente e a economia social e solidária em 2022, seguida por duas resoluções da Assembleia Geral da ONU adotadas em 2023 e 2024.

Por isso, fico particularmente satisfeito em abrir a discussão de hoje com algumas observações, conclusões e recomendações extraídas do relatório do Secretário-Geral da ONU. O relatório segue e abrange um período de 1º de julho a 30 de junho de 2026, portanto, eventos que possam ter ocorrido em agosto não serão incluídos neste relatório, mas muito provavelmente no próximo relatório. Quais são algumas das conclusões deste relatório? No nível nacional, os marcos legais e institucionais abordam cada vez mais a SSE como um todo, além de suas formas organizacionais específicas.

Esses marcos abordam reconhecimento, registro, governança, supervisão, representação e participação e, mais importante ainda, coordenação entre autoridades públicas. Os mecanismos de reconhecimento são fortalecidos, refletindo os princípios consagrados na definição internacional de SSE, incluindo supervisão democrática, participação dos membros, regras que regem a distribuição e uso de excedentes e ativos. As abordagens nacionais também abordam a propriedade e a remuneração, incluindo medidas para facilitar a transição para a propriedade dos trabalhadores e limitar disparidades excessivas entre os níveis salariais mais altos e mais baixos.

Governos e parceiros sociais utilizam o diálogo social, incluindo a negociação coletiva, para abordar as condições de emprego dentro das entidades da SSE. Os serviços financeiros e não financeiros também estão em ascensão, e os governos apoiam a criação e o crescimento de entidades da SSE para promover investimentos e empregos, bem como para ampliar o acesso a mercados e oportunidades de compras públicas. Em vários países, de fato, as compras públicas concedem às entidades qualificadas acesso preferencial ou uma participação definida nas compras públicas.

Os arranjos de financiamento também são adaptados a diferentes formas organizacionais, como sociedades mutualistas e cooperativas de trabalhadores criadas por meio de tomadas de controle por parte dos trabalhadores. Ainda sabemos muito mais sobre as medidas introduzidas e os recursos comprometidos do que sobre o impacto real na responsabilidade organizacional, nos meios de subsistência e nas condições de trabalho. Portanto, esta é uma área de desenvolvimento.

Ainda sabemos muito mais sobre as medidas introduzidas. Concordo com isso. Além dos marcos específicos para a SSE, os Estados-Membros estão integrando cada vez mais a SSE e suas entidades em políticas setoriais nacionais relevantes, como emprego, proteção social, cuidados infantis, desenvolvimento produtivo, PMEs, educação, energia, cultura e ação climática.

Os Estados-Membros também prestam atenção especial à inovação social dentro e dentro da SSE, com estratégias nacionais e apoio público tornando essa ligação cada vez mais explícita. O trabalho estatístico está se expandindo nos níveis nacional e internacional e, em nível nacional, os países estão desenvolvendo medidas para emprego e contribuição econômica. Estatísticas abrangentes que cobrem a SSE como um todo ainda são raras, e diferenças em definições e métodos continuam a representar desafios em termos de comparação.

Internacionalmente, duas linhas de trabalho interligadas em estatísticas estão em andamento. Uma mede a contribuição econômica das cooperativas e a outra foca na construção dos limites estatísticos da economia social e solidária em sentido amplo. Ambas alimentarão a Conferência Internacional de Estatísticos do Trabalho em 2028, onde serão apresentadas diretrizes.

A cooperação entre os Estados-Membros também se tornou muito mais estruturada nos níveis global e regional e mecanismos especializados como o Grupo de Amigos, do qual muitos de vocês aqui são membros, bem como redes regionais e cooperação Sul-Sul e triangular. A SSE também está cada vez mais integrada aos processos multilaterais relevantes, notadamente aqueles relativos ao financiamento do desenvolvimento, ao Compromisso de Sevilha, como o desenvolvimento social, Doha, bem como no trabalho tripartite sobre cuidados, transição da economia informal para a economia formal e trabalho decente em requalificação. O segundo ano internacional das cooperativas, 2025, gerou no ano passado muitos compromissos que precisarão ser mantidos e cumpridos.

O trabalho também está avançando na União Africana, na rede ibero-americana, na União Europeia e na OCDE. Dentro do sistema de desenvolvimento da ONU, a integração da SSE ao planejamento e programação em nível mais elevado permanece modesta. Outras formas de apoio são mais comuns: cooperação política, técnica, pesquisa, estatística, desenvolvimento de capacidades, etc.

Durante o período abrangido pelo relatório, a OIT continuou a desempenhar um papel de liderança na integração da SSE aos marcos institucionais, combinando trabalhos normativos, políticos, estatísticos, estratégicos e programáticos em níveis global, regional e nacional. O Grupo de Trabalho Interagências das Nações Unidas sobre SSE continua a servir como um mecanismo fundamental para esse tipo de coordenação em todo o sistema, e temos muitos membros e observadores presentes na sala e online conosco hoje. Instituições financeiras e bancos de desenvolvimento também colaboram com a SSE.

Algumas operações são especificamente projetadas para a SSE; outras são programas de desenvolvimento mais amplos que integram a SSE como parceiras e beneficiárias. O financiamento também aumenta por meio de instituições que pertencem e atendem à SSE, como bancos cooperativos e cooperativas de poupança e crédito. E, por sua vez, as próprias instituições financeiras integradas à SSE ajudam a canalizar o financiamento internacional e regional para entidades locais.

O que o relatório do Secretário-Geral recomenda? Essas recomendações dizem respeito, é claro, às mesmas áreas de trabalho. Primeiro, em nível nacional, os países precisam de marcos legais institucionais coerentes com participação significativa dos atores das SSE. Segundo, as entidades das SSE precisam de apoio financeiro e reforço, bem como de melhor monitoramento do alcance desse apoio e dos resultados que ele traz.

O relatório também pede uma integração mais sistemática da SSE e de suas entidades em estratégias, políticas e programas nacionais e setoriais, e enfatiza a importância de apoiar a inovação social dentro e por meio da SSE. Destaca a necessidade de estatísticas mais sólidas, incluindo contas temáticas. No passado, essas eram contas satélites, agora chamadas contas temáticas quando apropriado, bem como a continuidade do trabalho sobre diretrizes estatísticas internacionais.

No nível internacional, as recomendações incentivam uma cooperação mais forte e contínua entre os Estados membros, incluindo o Grupo de Amigos, redes regionais e cooperação triangular Sul-Sul. Elas também pedem que a SSE seja levada em conta nos processos multilaterais relevantes e melhor integrada ao planejamento e programação da ONU, incluindo os quadros de cooperação para o desenvolvimento, em consonância com as prioridades nacionais. As recomendações também apoiam a continuidade da cooperação por meio do grupo de trabalho da ONU e reconhecem o papel de longa data da OIT e de suas partes tripartites, incluindo ações relacionadas a normas.

Por fim, eles pedem financiamento acessível e inclusivo, adaptado às características específicas e aos diferentes estágios de desenvolvimento das entidades da SSE. Nos anos restantes, até 2030, a prioridade imediata é acelerar a implementação da Agenda 2030 e fortalecer a contribuição da SSE para esse esforço. E além de 2030, o relatório pede uma consideração adequada da SSE em preparação para a Agenda de Desenvolvimento pós-2030. Esses são, na verdade, os dois horizontes horizontais da nossa discussão hoje, acelerando a implementação agora enquanto ajudam a moldar a agenda de desenvolvimento que se seguirá. Vou parar aqui. Obrigado por me ouvir.

**Dois representantes de organizações da SSE**

E convidarei dois representantes de organizações SSE para compartilharem suas opiniões sobre este relatório. Primeiro, convido Michael Peck, do One Worker, One Vote, e Arizmendi Areta, Social Economy, Think Tank, Active. Michael, você tem a palavra.

Dois minutos. Muito obrigado, Simel. Gostaria de agradecer a Jaime Iglesias, Comissário Especial para a Economia Social da Espanha, ao Ministério do Trabalho e da Economia Social e, claro, a Simel Esim pelo privilégio de falar hoje.

**Michael Peck, em Um Trabalhador, Um Voto**

O que vou falar com vocês é algo diferente que você ouve na mídia, é o que estamos fazendo atualmente aqui nos Estados Unidos na economia social solidária, que é muito mais do que a imprensa recebeu, e isso é encorajador. Parafraseando o primeiro-ministro Carney, a liberdade na vida, assim como a liberdade na vida, deve ser conquistada todos os dias. Sou o representante americano e canadense do ASSET, o think tank Arizmendi Areta, economia social, inspirado por Mondragon.

Fui delegado internacional dos Estados Unidos e Canadá por 19 anos na Mondragon, e gostaria de compartilhar o que fazemos e dar a vocês a esperança de que estamos aqui com vocês. Em maio passado, a equipe da ASSET, organizou um roadshow interativo em tempo real sobre economia social em três cidades da Costa Leste dos EUA — Boston, Nova York, Manchester, New Hampshire — e uma única cidade em quatro dias. Estávamos esgotados em todas as salas que visitamos.

Tivemos a participação de mais de 450 cooperativas de trabalhadores e líderes sindicais, professores, empreendedores, estudantes, acadêmicos, e fizemos um roadshow totalmente interativo. Então não houve discurso, todo mundo foi e voltou, e isso teve um enorme impacto porque as pessoas nos disseram, e agora temos um vídeo sobre isso, que sentiram que isso lhes permitiu sair dos silos e cavernas onde estavam se escondendo e começar a expressar suas vozes e reconstruir os laços entre eles que haviam se perdido em nosso tempo. Isso mostrou claramente que o modelo de economia social nos Estados Unidos está no centro do nosso diálogo transatlântico sobre desenvolvimento econômico inclusivo, resiliente e sustentável, bem como um modelo democrático competitivo centrado na comunidade para prosperidade sustentável.

Hoje, enquanto nos reunimos em Nova York, em Boston, a Federação Americana de Cooperativas Trabalhistas está organizando sua conferência bienal sobre a economia social solidária. Há dois anos, reuniram 600 pessoas de 37 estados, D.C., Porto Rico, Europa e Ásia. Este ano, eles esperam muito, muito mais.

Portanto, temos cerca de 800 a 900 pessoas atualmente reunidas em Boston, e o objetivo da conferência é nos incentivar a pensar de forma inovadora para construir uma economia onde trabalhadores e comunidades prosperem. Há uma forte presença da United

Steelworkers que, claro, junto com Wundergan, criou o que é chamado de Model Union Cooperative, que também está bem representada nesta conferência. Ontem, a Rede Econômica Intercontinental e Americana de Solidariedade se reuniu na CUNY School of Labour and Urban Studies em Manhattan para organizar a Luta de Nova York pela Economia Social Solidária.

Na última quarta-feira, a UNRISD, Instituto das Nações Unidas para Pesquisa em Desenvolvimento Social, reuniu-se com a Faculdade de Direito da CUNY, especialmente a Clínica de Desenvolvimento Econômico Comunitário, liderada pela professora e fundadora Carmen Huertas-Noble, para explorar áreas comuns de solidariedade social em pesquisa e desenvolvimento. Quase terminado. Uma semana após nossas próximas eleições de meio de mandato justas e livres nos Estados Unidos, esperamos que o ASSET realize seu 2º Fórum de Economia Social Solidária em San Sebastián, reunindo autoridades públicas globais, empresas, organizações de economia social, instituições internacionais, universidades e líderes comunitários, com a ideia de passar do conhecimento teórico para projetos práticos e coalizões multinível. Um ponto sobre a nota conceitual, que achei muito bem feito, é que precisamos de métricas que não greenwashing para fortalecer a contribuição da SSE para justiça social, trabalho decente e resiliência democrática nos ODS. Isso é uma citação.

A UNRISD lançou os Indicadores de Desempenho de Desenvolvimento Sustentável com patrocínio da ASSET para contribuir para o papel da SSE na agenda 2030, tornando seus parâmetros de sustentabilidade mensuráveis. Ao contrário dos ESGs, que avaliam riscos externos ao valor corporativo, os SDPIs medem o impacto de uma organização na sociedade e no meio ambiente de acordo com padrões de sustentabilidade, como uma relação salarial entre CEO e empregado que não ultrapasse 30 para 1, e nenhuma diferença salarial decente monitorada ao longo de cinco anos. Atualmente, há mais de 1.300 usuários, incluindo empresas com e sem fins lucrativos como Mondragon e Cabot Creamery aqui nos Estados Unidos.

ASSET e UNRISD revelaram os Indicadores de Desempenho em Sustentabilidade em Doha e, em março de 2026, a Bolsa de Valores de Viena, em Viena, Áustria, decidiu ser a primeira bolsa municipal do mundo a integrar oficialmente indicadores SDPI em seus widgets de sustentabilidade para empresas listadas, demonstrando o desempenho sustentável de seu mercado principal. Acreditamos que isso é extremamente importante e, se isso puder se traduzir em outras bolsas municipais ao redor do mundo, teremos de fato uma medida autêntica de sustentabilidade pela primeira vez. Portanto, concluirei citando o pai de Mondragón, José María Arrizmendieta, que afirmou que as cooperativas não deveriam ser mundos fechados, mas sim centros de influência social.

Não vivemos em um mundo que conquistamos, mas em um campo de batalha por justiça social e por uma ordem mais humana e equitativa. Obrigado. Obrigado por essas palavras inspiradoras e por nos lembrar do modelo inspirador de Mondragon e de seus laços com os sindicatos cooperativos de trabalhadores.

**Simel Esim - Moderadora**

Agora gostaria de pedir a Sandra Moreno, Secretária Executiva da RIPES, que compartilhe seus dois pontos.

**Sandra Moreno, Secretária Executiva da RIPESS**

Muito obrigado, Simel. Obrigado, caro Presidente, a você e ao Governo espanhol, assim como a todo o Grupo de Trabalho Interinstitucional da ONU sobre a Economia Social e Solidária, e claro, ao Grupo de Amigos em particular, por convocar este diálogo oportuno.

Obrigado, Senhor Presidente, e obrigado ao governo espanhol, à UNTFSSE e ao Grupo de Amigos por organizarem este diálogo oportuno.

A RIPESS saúda o relatório de 2026 do Secretário-Geral. Estamos satisfeitos por termos contribuído para esses avanços. A economia social e solidária é cada vez mais reconhecida nos marcos jurídicos, políticos e institucionais como um caminho para o desenvolvimento sustentável, o trabalho decente e a justiça social.

O relatório também especifica que o reconhecimento está avançando mais rápido que a implementação. A questão diante de nós, portanto, não é apenas se o ESSF (ESS Finance) é visível nas políticas. É se o reconhecimento político muda as condições de vida, de trabalho e de empoderamento coletivo das comunidades que constroem e beneficiam o SSEF todos os dias.

A RIPESS apoiou e ajudou diretamente a implementar a resolução 79/213 por meio do processo de financiamento para o desenvolvimento e do resultado do compromisso de Sevilha, que reconheceu explicitamente a SSE, as cooperativas e a necessidade de apoio financeiro e não financeiro adequado. Isso nos dá, pela primeira vez, uma base normativa global para construir janelas de financiamento dedicadas para a SSE, garantias, estratégias do banco público de desenvolvimento e mecanismos de financiamento solidario. O RIPESS conclama os Estados-membros e instituições financeiras a transformarem esse reconhecimento em instrumentos operacionais e financiamento que alcance territórios organizados, mulheres, jovens, trabalhadores informais, pequenos produtores e comunidades marginalizadas

Também estamos aqui em Nova York para colocar a SSE no centro da justiça climática em vários eventos. O Green Climate Fund abriu caminho ao propor um quadro de financiamento específico e personalizado dentro de sua janela de ação climática direcionada localmente. Precisamos aplicar esse modelo juntos, replicar esse modelo em outros temas da ONU! É assim que provaríamos nossa capacidade de alcançar os ODS, as agendas climáticas e o Financiamento para o Desenvolvimento. Porque precisamos colocar o SSEF no centro da implementação climática.

É também um programa de direitos humanos. A implementação deve fortalecer o trabalho decente, a soberania alimentar, a saúde, a moradia, os direitos à terra e à água, a igualdade, a participação democrática, os direitos dos camponeses e os direitos dos povos indígenas. Deve proteger o espaço cívico e a autonomia dos movimentos, especialmente em tempos de autoritarismo, conflito e desigualdades crescentes.

Precisamos e queremos trabalhar com cada um dos governos nacionais aqui representados. É hora de unirmos forças, meios, estratégias e ainda mais, mais rápido e mais forte do que na última década. Chegou a hora.

"Juntos permanecemos erguidos, divididos caímos" (Pink Floyd)

**Moderador** : Muito obrigada, Sandra. Agora passamos ao segmento de diálogo ministerial do nosso evento. Esse diálogo ministerial ocorrerá em dois painéis.

Ambos serão moderados por **Björk Sanyar, Secretário-Geral Assistente para Coordenação de Políticas da UNDESA**. Convido o Secretário-Geral Assistente a subir ao palco. O primeiro painel deste diálogo focará na transição do reconhecimento para a

implementação e em como podemos transformar as recomendações do relatório do Secretário-Geral da ONU em ações concretas.

O segundo painel focará na construção da justiça social por meio da SSE e do cooperativismo em um mundo fragmentado. Para nosso primeiro painel, gostaria agora de convidar nossos ilustres painelistas a se juntarem a nós. Sua Excelência Nataliya Efremova, Ministra do Trabalho e Política Social da Bulgária, se quiserem subir ao palco.

Sua Excelência Adélisia Almeida, Ministra da Inclusão Familiar, Desenvolvimento Social e Trabalho de Cabo Verde. Ministra, obrigada. Sua Excelência Ines Berti Nefer Wumpa Yalo, Ministra da Promoção das Mulheres, Integração das Mulheres no Desenvolvimento, Pacto Social e Economia Informal da República do Congo. Ela está atrasada, em breve se juntará. Ok, obrigado. Sua Excelência Yesenia Suad de Brito, Ministra da Mulher e da Solidariedade Social da Guiné-Bissau.

Obrigado e bem-vindo. Honorável Susan Auma Mang'eni, Secretária Principal para o Desenvolvimento de Micro, Pequenas e Médias Empresas no Quênia. Bem-vindos.

E ao final deste primeiro painel, também ouviremos uma mensagem em vídeo de Sua Excelência Enas Attari, Ministro do Trabalho do Estado da Palestina. Sobre isso, tenho muito prazer em dar a palavra ao Secretário-Geral Adjunto. Muito obrigado e boa tarde, Excelências, Ministros, ilustres delegados, colegas e amigos da economia social e solidária.

**Björk Sanyar, Subsecretário-Geral para Coordenação de Políticas na UNDESA**

É um prazer estar aqui com vocês esta tarde para dar as boas-vindas a Nova York e a esta reunião de alto nível sobre a promoção da economia social e solidária. Permitam-me, portanto, começar agradecendo ao Instituto Cervantes em Nova York por nos receber hoje e por sediar esta importante discussão, pois estamos nos reunindo em um momento particularmente importante, tanto para a economia social e solidária quanto para o sistema internacional como um todo. Como tenho certeza de que todos nesta sala sabem muito bem, importantes discussões estão atualmente ocorrendo sobre o futuro do multilateralismo e, de forma mais ampla, sobre a estrutura da governança global.

Assim, em um momento em que essa arquitetura está sendo discutida e reformulada, é essencial que também definamos o lugar que a economia social e solidária deve ocupar dentro dela. É por isso que ter uma representação política tão forte aqui hoje é particularmente importante para definir uma agenda política para a economia social e solidária nos próximos anos. No início, as conclusões e recomendações do relatório do Secretário-Geral já foram apresentadas.

Quero elogiar as parcerias com a OIT e outros que contribuíram para a elaboração deste relatório, bem como os colegas presentes que trabalharam arduamente para elaborá-lo e torná-lo acessível. E também incentivo aqueles que ainda não o leram a conferirem. É um relatório muito interessante, como também ouvimos no púlpito.

Mas, já que temos o relatório como ponto de partida nesse sentido, nossa discussão hoje deve realmente se concentrar no que vem a seguir. Como o crescente reconhecimento político da economia social e solidária pode ser traduzido em ações concretas? Como o governo pode fortalecer ambientes propícios e cooperação? E quais prioridades devemos adotar coletivamente? E espero que essa discussão também nos permita refletir sobre o papel que o grupo de amigos da economia social e solidária pode desempenhar em dar maior visibilidade política a essa agenda e fortalecer a cooperação intergovernamental. Antes de começar, gostaria também de destacar aqui em particular a liderança que vários

países representados hoje têm demonstrado no avanço da economia social e solidária internacionalmente.

Isso inclui Espanha, Brasil e Senegal, bem como muitos outros países que têm apoiado ativamente essa agenda. Portanto, mais uma vez, nosso objetivo hoje é muito concreto: identificar prioridades, fortalecer nosso compromisso político de olhar para o futuro. Uma nota prática antes de começarmos, dado o número de oradores ilustres conosco hoje, e dentro do tempo que temos, teremos dois painéis.

E gostaria de pedir a todos os oradores que limitem suas respostas a alguns minutos. Vou cronometrar vocês, então se me virem acenando, significa que estão se aproximando do fim dos dois minutos. E se fizermos isso, significa que todos os oradores poderão voltar várias vezes.

Acho que podemos ter um bom diálogo interativo e uma troca para ajudar a avançar na agenda. Agora, o distinto painel aqui no púlpito comigo já foi apresentado, então gostaria de ir direto ao tema do painel, que vai do reconhecimento à implementação, transformando as recomendações do relatório em ação. Faremos isso por meio de algumas perguntas, e gostaria de começar.

Acho que vou começar pelo final e pedirei que venham até mim, apenas brevemente, sobre o primeiro tema ou pergunta, que é: - **Quais são as ações mais urgentes necessárias para implementar as recomendações do relatório do Secretário-Geral?** Vá em frente.

**Representante do Quênia** , Honorável Susan Auma Mang'eni

Obrigado. Antes de tudo, permita-me aproveitar esta oportunidade para agradecer aos organizadores deste evento e também por convidarem a República da Espanha, assim como por convidarem a República do Quênia. Estou aqui para representar meu ministro, o Honorável Wyclef Ambecho Paraná, que gostaria de estar aqui, e acredito que vocês já tenham interagido com ele.

Agora, o que é necessário para implementá-la? Do nosso ponto de vista, o Quênia é conhecido por seu movimento cooperativo muito forte. Acho que, em todo o mundo, se você olhar para muitos países que tiveram sucesso positivo, o Quênia está entre os cinco primeiros, se me permite dizer. Mas, para responder à sua pergunta, o que é necessário para implementar, acima de tudo, é levar as pessoas a um certo nível de compreensão, levar a população e avançar com elas. Eles conhecem essas políticas que estamos desenvolvendo? Já aumentamos a conscientização suficiente? Porque o governo sozinho não consegue alcançar a boa vontade do povo. Para mim, isso é o mais central que devemos realizar: avançar com a população para que ela possa entender o valor.

Segundo, não devemos apenas falar sobre políticas ou estratégias de implementação, mas também comprometer orçamentos em conformidade. Nosso orçamento nacional reflete esse compromisso? O compromisso começa com o Quênia. Temos um orçamento de cerca de 30 bilhões de dólares americanos. Então você quer olhar para isso e se perguntar: qual segmento desse orçamento nos ajudará a alcançar a implementação desse compromisso?

Por fim, porque você disse que estamos sendo breves, como integramos esse compromisso em nosso outro quadro de integração regional? Atualmente, se viermos ao Quênia, por exemplo, temos vários esforços de integração regional vindos da África Oriental, o FCFTA, porque mesmo olhando para o acesso ao mercado, nós, no Quênia, podemos ficar gratos ao que o Secretário-Geral propõe. Mas a questão é: e quanto aos países vizinhos com os quais vocês comercializam? Eles interpretam o mesmo cenário? Devemos, portanto,

integrar essa recomendação ao nosso quadro de cooperação regional para avançar juntos como continente e como mundo. Obrigado.

**Moderador:** Maravilhoso. Obrigado. Três pontos concretos sobre isso. Então, vamos ouvir o próximo panelista. Por favor, tome a palavra.

**Representante de Cabo Verde-Adélisia Almeida**

Muito obrigado. Senhora Vice-Presidente da República da Espanha, Senhora e Senhores Ministros, Excelências, Senhora e Senhores Embaixadores, agradeço ao Governo espanhol e ao Grupo de Trabalho Interagências das Nações Unidas por esta reunião e parabenizo o Brasil e o Senegal pela liderança do grupo de amigos que inclui Cabo Verde e Henrique.

Sobre essa questão, que ações são necessárias? É muito urgente implementar as recomendações do Secretário-Geral. O relatório do Secretário-Geral sobre o desenvolvimento de Cabo Verde e sua contribuição apresenta uma observação que compartilhamos. Reconhecimento político, porque já houve progresso no reconhecimento político da economia social e solidária, mas a implementação permanece incompleta.

Com base nas recomendações do relatório, gostaria de destacar três ações que consideramos as mais urgentes. A primeira é a medição. Sem dados, a economia social e solidária permanece invisível nos orçamentos, nas contas nacionais e nas decisões políticas. Por isso, em Cabo Verde, estamos atualizando o mapeamento das organizações para começar, sob a direção técnica do Instituto Nacional de Estatística, a construção das primeiras contas satélites para a economia social e solidária. Mas em muitos países, especialmente em pequenos estados e países africanos, eles precisam de apoio técnico para dar esse passo.

A segunda etapa é financeira. Cooperativas, mutualidades, associações precisam de um instrumento adequado à sua natureza. Crédito, garantias, fundos rotativos, acesso aos mercados públicos, apoio à formação e incubação. A incubação é muito importante para a economia social e solidária. Acredita-se que as instituições financeiras internacionais e os bancos de desenvolvimento tenham aqui um papel que ainda não assumiram plenamente. O terceiro é integrá-lo. As organizações da economia social e solidária não podem continuar operando em apenas um setor.

Eles devem estar presentes nas políticas dos empregados, proteções sociais, saúde, segurança alimentar e desenvolvimento local. Para isso, o papel das cooperativas e associações está incluído nos roteiros nacionais para aceleradores globais de trabalhadores e proteção social universal. Tudo isso requer um arcabouço jurídico coerente, instituições fortes e participação genuína dessas estruturas.

Para isso, construímos essa base sobre três pilares essenciais: uma lei-quadro, uma unidade dedicada dentro do ministério e um conselho nacional para a economia social e solidária. É dentro dessas organizações que o Estado e as organizações da economia solidária dialogam. Para isso, construímos essa base sobre três pilares essenciais: uma lei-quadro, uma unidade dedicada dentro do ministério e um conselho nacional para a economia social e solidária. O grande desafio é que tudo o que fizemos na área jurídica conseguimos traduzir a lei em resultados concretos na vida dessa pessoa. Obrigado. Obrigado por compartilhar essa experiência.

**Moderador:** Damos as boas-vindas ao Ministro da República do Congo e acredito que continuaremos o painel e, em seguida, voltarei a vocês, após os outros oradores, com a mesma pergunta sobre a tradução das recomendações para o relatório do Secretário-Geral

em termos de política prática. Mas gostaria de passar para a Bulgária, e aqui estão dois minutos. O que devemos fazer? Obrigado, Senhora Presidente.

**Representante da Bulgária - Nataliya Efremova**

Antes de tudo, gostaria de expressar minha gratidão pelo convite para participar deste evento de alto nível ao ministro espanhol e ao Vice-Primeiro-Ministro espanhol, assim como aos coorganizadores e ao Instituto de Cervantes, por terem participado deste evento tão importante; como disse, serei muito breve, fazendo três ou quatro sugestões, qual é a ação mais urgente a ser tomada após o relatório deste Secretário-Geral. Talvez a primeira coisa a considerar seja a legislação que todos nós temos em nossos países, porque construir uma legislação flexível e inclusiva significa envolver não apenas governos, mas também ONGs, empreendedores sociais, durante a implementação e introdução de nova legislação, e foi exatamente isso que fizemos na Bulgária, estabelecendo nosso quadro regulatório sobre solidariedade e economia social, e isso é importante porque temos recomendações muito boas até mesmo da OCDE, particularmente dos Estados-Membros da UE, documentos estratégicos europeus, e esse é o primeiro nível. Enfatizamos uma legislação boa e inclusiva.

Em seguida, a segunda coisa que considero muito crucial, e que foi mencionada, é que incentivos financeiros direcionados são muito importantes, mas não apenas incentivos financeiros, não apenas fluxos orçamentários, mas é importante, claro, ter apoio não financeiro à economia solidária e social, e é por isso que, por exemplo, coloquei a economia social muito no topo da agenda política búlgara ao integrá-la ao nosso programa governamental. Somos um novo governo que começou a funcionar há alguns meses, e a economia social faz parte do nosso programa governamental, o que me traz e me dá não só satisfação, como tenho certeza de que será muito importante na agenda política da Bulgária.

Depois, é claro, planejamos desenvolver a economia social, não apenas tendo uma rede de empresas, mas também evoluindo-a com inovações sociais. Por isso, fazemos amplo uso de recursos da UE na Bulgária e estamos estabelecendo um centro nacional específico de competência para inovação, que é o mais alto nível da economia social. Muito obrigado.

**Moderador:** Obrigado. Obrigado por compartilhar isso. E, por fim, mas certamente não menos importante, gostaria de convidar nosso representante da Guiné-Bissau a tomar a palavra.

**Representante da Guiné-Bissau - Yesenia Suad de Brito**

Olá. Farei minha intervenção em espanhol. Obrigado pelo convite do Vice-Presidente do governo espanhol para permitir que a Guiné-Bissau participe deste evento. Para responder à pergunta, a experiência nos mostra que nenhuma política pública isolada funciona sozinha. Portanto, é necessário focar na integração e na combinação de legalização, financiamento, treinamento, acesso ao mercado, proteção social e participação. Pois bem, para a Guiné-Bissau, essa é uma questão muito importante, especialmente porque grande parte da população atua na economia informal e todas as suas atividades ocorrem dentro da mesma economia informal.

Portanto, é necessário um acesso adequado aos mecanismos de proteção social. Para o meu ministério, diante das considerações feitas pelo Secretário-Geral, criamos um escritório de mutualidade social. Para nós, essa iniciativa representa um passo muito importante na construção da política socioeconômica da Guiné-Bissau, que permitirá o desenvolvimento de mecanismos de solidariedade, ajuda mútua e participação social nas realidades futuras

de nossa comunidade, especialmente daqueles que atuam na economia informal. Também é muito importante porque a maioria desses mecanismos é desenvolvida por mulheres que trabalham no comércio, agricultura, processamento de produtos, pesca, e são elas que reportam sobre o bem-estar de suas famílias. Também estamos implementando a abertura do Instituto Nacional de Providência Social para Todos. Esses são os processos que temos realizado até agora.

**Representante da República do Congo - Ines Berti Nefer Wumpa Yalo**

Obrigado. Muito obrigado por me conceder a palavra. Senhora Vice-Primeira-Ministra da Espanha, senhoras e senhores, ilustres representantes da África, Europa, Ásia e América, saudações da República do Congo. Quanto a essa questão, as medidas mais urgentes, em nossa opinião, são implementar as recomendações do relatório, ou seja, fazer com que a economia social e solidária da República do Congo considere que agora é necessário acelerar a adoção de compromissos relativos a ações concretas, levando em conta, é claro, as realidades e prioridades de cada país. Para o nosso país, por exemplo, várias medidas parecem ser prioridades. Podemos falar sobre a estratégia nacional de economia social e solidária, que está atualmente sendo finalizada.

Essa estratégia deve estruturar e integrar melhor a economia social e solidária nas políticas nacionais de desenvolvimento, particularmente no que diz respeito ao emprego, à proteção social, ao desenvolvimento territorial e à transformação da economia informal. Deve-se notar que a economia social e solidária tornou-se o modelo mais eficaz de inclusão social. Também é necessário facilitar o acesso ao financiamento.

O acesso ao financiamento continua sendo um dos principais desafios para os atores da economia social e solidária, especialmente para as mulheres, que se envolvem em pequenas atividades geradoras de renda. Hoje, permita-me explicar um pouco ou lembrar um pouco, podemos descrever o período da COVID. Durante o período da COVID, muitas lojas foram fechadas por causa da COVID.

Mas, na África em particular, muitos sobreviveram graças aos atores da economia social e solidária, que saíram às ruas, que miraram mercados para poder vender, mesmo que fosse um tanto informal, mas foi graças a eles que as pessoas compraram. Portanto, hoje é hora de estender a mão, tomar, tomar medidas de incentivo que lhes permitam se desenvolver melhor, contribuir para o desenvolvimento de seu país e, ao mesmo tempo, poder se unir, isto é, combater a pobreza. Sob essa perspectiva, por exemplo, temos na República do Congo um fundo dedicado a atividades geradoras de renda para mulheres, chamado fundo ELICA, que significa fundo de esperança.

Nos estudos de viabilidade, o fundo destina-se principalmente às mulheres. É um fundo destinado especificamente às mulheres que atuam nos mercados omanenses, antes de ser gradualmente expandido para outros setores da economia informal com os homens. Cabe a nós propor mecanismos de financiamento mais adaptados às realidades dos atores no terreno. Em seguida, temos a aceleração da transformação e formalização da economia informal. O que poderia ser mais necessário do que passar pela economia social e solidária? Assim, hoje, todos nós nos tornamos as alavancas para acelerar esse programa social. Isso significa que essa abordagem faz parte da nossa estratégia nacional para migrar da economia informal para a economia formal.

A República do Congo já se comprometeu a avançar para uma economia social e solidária porque, após as instruções de Dakar, fizemos uma declaração ao Conselho de Ministros e explicamos essa abordagem. Voltando um pouco à nossa pergunta, é importante, é claro,

passar da economia informal para a economia social e solidária antes de ser plenamente formalizado na economia formal. Ministro, obrigado.

**Resumo da primeira rodada de apresentações**

Obrigado por compartilhar esses pontos sobre a República do Congo. É ótimo ver o progresso alcançado, e obrigado a todos os palestrantes do painel após esta primeira rodada. Acho que o que ouvimos é que a implementação requer ação em múltiplas frentes. Ouvimos falar de marcos legais e políticos eficazes, capacidade institucional, acesso a financiamento e orçamentos, coordenação entre governos dentro e regionalmente, bem como a capacidade de traduzir políticas em apoio concreto para organizações da economia social e solidária e para as pessoas que elas servem. Estou analisando o momento, então temos tempo para uma rodada final de respostas. Gostaria apenas de incentivá-lo brevemente, se me permite desafiá-lo, a pensar em um compromisso concreto.

**Segunda fase de discussão sobre o relatório do Conselho Geral da ONU: Compromisso dos países com a SSE**

Muitos de vocês já falaram sobre o que fazem, e acho que essas são ótimas experiências. Mas vocês têm um compromisso concreto que seu governo assumirá ao longo do próximo ano, ou seja, em muito curto prazo, para ajudar a implementar e promover mudanças nessa área? Gostaria também de convidá-los a comentar brevemente como veem que o grupo de amigos pode fortalecer a liderança política na economia social e solidária e reforçar a cooperação intergovernamental. Dado o tempo, terei que pedir que sejam ainda mais breves na primeira vez. Avisarei quando o tempo acabar, e acho que desta vez devemos começar desse lado e descer. Gostaria, portanto, de convidar o ministro da Guiné-Bissau a começar a começar. O senhor tem a palavra.

**A Ministra da Guiné-Bissau - Yesenia Suad de Brito**

Obrigado. A Guiné-Bissau considera o grupo de amigos como uma plataforma particularmente importante para tornar a economia social e solidária uma prioridade efetiva na agenda internacional. O grupo pode tomar diversas medidas. Primeiro, facilitar um diálogo político de alto nível, permitindo que governos compartilhem experiências, desafios e soluções. Segundo, promover a cooperação Sul-Sul e triangular, destacando experiências que possam ser adaptadas à realidade de cada país em desenvolvimento. Terceiro, dar maior visibilidade às necessidades específicas dos países mais vulneráveis, enfatizando que as políticas internacionais sobre a economia da seguridade social só podem ser implementadas por meio da experiência de países com maiores possibilidades institucionais e financeiras. Quarto, apoiar a mobilização de recursos e sistemas técnicos para que os compromissos internacionais possam contribuir para a política nacional. Muito obrigado. Muito obrigado. Muito obrigado. Muito obrigado pelas suas reflexões. Acho que, sem mais demora, continuamos o painel. Bulgária, você tem a palavra. Muito obrigado.

**Representante da Bulgária - Nataliya Efremova**

Por quatro ou cinco anos, criamos alguns centros regionais que apoiam empresas sociais em todo o país. E isso é muito importante para nós. Queremos não apenas protegê-las e torná-las sustentáveis, mas o próximo nível, como disse em minha intervenção anterior, é criar o Centro de Competências para Inovação Social e tentar conectar as inovações sociais à rede de empresas sociais na Bulgária.

Claro que usaremos fundos da UE para começar, e espero que seja sustentável e talvez financiado pelo orçamento estatal ou pelos orçamentos locais dos municípios da Bulgária.

Portanto, esse é um elemento muito importante da nossa agenda para ajudar esses centros, que na verdade são criados para apoiar empresas sociais, não apenas para ajudar empreendedores sociais a criar novas empresas sociais, mas também para encontrar diferentes formas de apoiá-las por meio de diversos projetos, conectando-se a empresas normais, que não fazem parte da economia social. Essa é a primeira coisa.

E, claro, para mim, o fato de a Bulgária fazer parte desse grupo de amigos nos dá muitos incentivos, não apenas por meio da troca de conhecimento e boas práticas, mas desse grupo de amigos pode, mais uma vez, colocar as questões da economia social e da solidariedade na agenda internacional. Isso é muito importante para nós. Muito obrigado. Obrigado. Dois pontos muito concretos aqui. Gostaria então de dar a palavra ao nosso representante, Prabhu Vaidya.

**Representante de Cabo Verde - Adélisia Almeida**

Obrigado. O grupo de amigos nasceu em um momento particularmente oportuno, em um contexto de pressão sobre o multilateralismo. Vejo três maneiras para o grupo fortalecer a liderança política e a cooperação entre nossos governos.

A primeira é que o grupo pode funcionar como um espaço de aprendizagem entre países. Em nosso país, estamos em um estágio diferente. Temos países que já consolidaram um quadro. Temos países que estão começando a trabalhar pela primeira vez nos primeiros instrumentos. O grupo pode promover intercâmbios regulares sobre legislação, estatísticas e financiamento. Também pode facilitar missões técnicas e cooperação.

A segunda é que o grupo pode funcionar como meio de coordenação no processo multiculturalista. A terceira é que o grupo pode funcionar como um ponto de comunicação entre regiões. Na África, ministros responsáveis pela economia social e pela solidariedade coordenam, e a declaração de Dakar é um sinal claro desse compromisso. O grupo de amigos pode vincular essa dinâmica regional em nível global. Pode coordenar estreitamente com o Grupo de Trabalho Interagências das Nações Unidas e a OIT para que as decisões políticas sejam traduzidas em apoio técnico no terreno. Para isso, o grupo deve continuar e mobilizar mais governos para pedir ao grupo de amigos que ajude a resolver o multilateralismo, que está quase fracassando por causa do que estamos vendo no cenário mundial, onde agora queremos avançar para relações bilaterais e transacionais, e estamos nos afastando do multilateralismo, porque não apoiaremos a implementação de uma economia social solidária se não nos unirmos para reunir recursos que apoiem economias ainda em dificuldades. Mas a segunda questão é ver que tecnologia, e isso agora é um compromisso, como podemos aproveitar mais a tecnologia para construir uma parceria forte que nos ajude a trabalhar com a população. E quando você fala em população aqui, quero focar nos jovens.

Por exemplo, na África, já temos uma estratégia sobre a economia social solidária que entrou em vigor há alguns anos, mas a implementação é difícil porque quem está envolvendo os jovens? Eles se sentem parte dessa estratégia? Eles sentem essa economia? Então, como atraímos os jovens? Isso significa que precisamos aproveitar mais a tecnologia porque é a área que eles melhor entendem. No Quênia, agora temos círculos digitais, sabe, você pode passar pela tecnologia móvel para criar um grupo, colaborar com alguém que esteja até fora do Quênia. Queremos incentivar ainda mais essas plataformas digitais e uma parceria para nos ajudar a consolidar essa agenda. Por fim, quero dizer que devemos estruturar nossos mercados para que possam trabalhar para grupos marginalizados no Quênia, e isso é um compromisso. Temos tratamento preferencial para

mulheres, pessoas com deficiência e jovens. Assim, 30% de todas as compras do nosso orçamento nacional vão para esses jovens, mulheres e pessoas com deficiência.

No entanto, também precisamos levar isso ao setor privado e garantir que ele também faça essa provisão muito direcionada, para que possamos então expandir o mercado estruturado para apoiar grupos marginalizados. Mas, mesmo ao fazer isso, um compromisso adicional que faremos é uma forma de acessar oportunidades de fornecimento, mas também há o desafio de pagamentos rápidos. Portanto, a maioria desses grupos, mulheres, jovens, após se comprometerem a fornecer, digamos, ao setor público ou até mesmo privado, também têm dificuldade para ser remunerados. Portanto, essa é uma área que estamos desenvolvendo no desenvolvimento de políticas para abordar. Obrigado.

**Moderador**

Sobre isso, gostaria de dar a palavra ao Ministro da República do Congo para uma breve reflexão sobre um compromisso e/ou o papel do Grupo de Amigos. Vocês têm a palavra. O fato de Brazzaville sediar o próximo Fórum Africano em 2027 é, além disso, um compromisso concreto do Congresso do Congo em favor desta cooperação Sul-Sul, este grande encontro que, aliás, convidaremos vocês e anunciaremos oficialmente aqui distribuindo alguns cartões de convite.

E gostaria de agradecer a todos os oradores. Obrigado por fornecer exemplos e compromissos muito específicos sobre como transformaremos as ambições que temos para a economia social e solidária em realidade concreta. E acredito que também vem uma mensagem muito clara desta discussão: que a ação nacional e a cooperação internacional devem se reforçar mutuamente, e como o Grupo de Amigos pode também oferecer esse importante espaço político aos governos para trocar soluções práticas e cooperação, identificar prioridades comuns, coordenar e fortalecer a visibilidade e a economia social e solidária dentro do sistema multilateral mais amplo. Obrigado novamente aos países que participaram na construção desta plataforma e desses importantes mecanismos, e especialmente a todos os nossos envolvidos. Sobre isso, acho que podemos deixar o púlpito. Antes de passar ao nosso segundo painel, gostaríamos de ouvir Sua Excelência Enas Dahadia Attari, Ministro do Trabalho palestino, que infelizmente não pôde se juntar a nós hoje, mas o ouviremos por mensagem de vídeo. Então, acho que podemos nos sentar e apreciar a mensagem em vídeo. Muito obrigado.

**Mensagem em vídeo - Sua Excelência Enas Dahadia Attari, Ministro do Trabalho da Palestina**

Vossas Excelências, ilustres convidados, senhoras e senhores, tenho o privilégio de me juntar a vocês hoje para discutir o avanço da economia social e solidária, um setor de vital importância para a construção de sociedades mais inclusivas, resilientes e sustentáveis. A economia social e solidária é particularmente relevante no atual contexto global, em que enfrentamos desigualdades crescentes, conflitos, pressões econômicas e desafios à cooperação multilateral. Nessas circunstâncias, precisamos de abordagens que coloquem as pessoas, o trabalho decente e a justiça social no centro do desenvolvimento sustentável. O relatório de 2026 do Secretário-Geral das Nações Unidas destaca avanços significativos no relatório sobre o reconhecimento legal, político e institucional da economia social e solidária. No entanto, nos lembra corretamente que o progresso continua desigual entre regiões e áreas políticas. Nossa prioridade coletiva deve agora ser traduzir o reconhecimento político em implementação eficaz e resultados mensuráveis para trabalhadores, membros cooperativos e comunidades. Nesse sentido, enfatizamos três áreas-chave prioritárias.

Primeiro, precisamos de estruturas jurídicas, trabalhistas e políticas coerentes que criem um ambiente favorável para entidades da economia social e solidária. A legislação nacional, incluindo as leis trabalhistas e cooperativas, deve reconhecer explicitamente a identidade única das entidades da economia social e solidária, proteger a governança democrática, salvaguardar os direitos dos trabalhadores e garantir acesso igualitário à proteção social e ao trabalho decente.

Segundo, o acesso a mecanismos financeiros e não financeiros adequados é essencial, especialmente para organizações que criam empregos dignos, fortalecem comunidades locais e promovem inclusão.

Em terceiro lugar, precisamos de sistemas de dados e estatísticas fortalecidos. Melhores evidências ajudarão os governos a compreender a verdadeira contribuição da economia social e solidária e a elaborar políticas baseadas em resultados concretos. Como Ministério do Trabalho, estamos continuamente trabalhando para mobilizar tanto recursos nacionais quanto parcerias internacionais com doadores para apoiar cooperativas em diversas áreas que já integraram a coleta de dados da economia social e solidária no banco de dados do ministério.

No entanto, para ampliar esses esforços, apelamos às instituições financeiras internacionais, parceiros ao desenvolvimento e entidades da ONU, especialmente à OIT, para que estabeleçam instrumentos de financiamento dedicados, assistência técnica e iniciativas de fortalecimento de capacidades. Além disso, a cooperação internacional é mais crucial do que nunca. O Grupo de Amigos sobre a economia social e solidária oferece uma plataforma valiosa para troca de experiências, fortalecimento do diálogo político e apoio à cooperação entre os Estados-membros.

Olhando para o futuro, devemos focar não apenas em aumentar o reconhecimento político, mas também em transformar esse reconhecimento em ações concretas. Isso significa compartilhar experiências bem-sucedidas, fortalecer a cooperação com as Nações Unidas e a OIT, garantir que a economia social e solidária seja devidamente refletida em ações multilaterais relevantes e mobilizar o impulso político em vista da resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas de 2027. A economia social e solidária pode contribuir de forma importante para a justiça social, o trabalho digno, o desenvolvimento inclusivo e sustentável, a participação democrática e para economias resilientes. Continuemos a trabalhar juntos para que esse reconhecimento crescente leve a resultados concretos e transformadores para nosso povo, nossos trabalhadores e nossas comunidades. Obrigado por me ouvirem.

**Moderador:** Maravilhoso. Gostaria, portanto, de agradecer à Ministra Attari, embora ela não tenha podido estar conosco hoje, que compartilhou um forte lembrete da importância de garantir que a economia social e solidária continue sendo parte integrante de nossos esforços coletivos para promover a justiça social, o trabalho decente, a inclusão e a resiliência, mesmo nos contextos mais difíceis. Nesse sentido, gostaria de convidar nossos palestrantes do segundo painel a se juntarem a mim aqui no púlpito.

**PAINEL Dois: O tema é construir justiça social por meio da ESS e do cooperativismo em um mundo fragmentado, e teremos os seguintes participantes.**

- Sergio Danese, embaixador e oficial de relações públicas na ONU pelo Brasil.
- Yun Ho-Jung, Ministro do Interior e Segurança da República da Coreia.

- Jérôme Bonafo, Embaixador e Representante Permanente na ONU pela França.
- Agnieszka Dziemanowicz-Bak, ministra da Família, Trabalho e Política Social da Polônia.
- Sr. Alioune Dione, Ministro da Microfinança e da Economia Social e Solidária do Senegal.
- e Yolanda Diaz, Segunda Vice-Presidente e Ministra do Trabalho e Economia Social Yolanda da Espanha.

Bem-vindo a este painel fantástico. Agora, nesta mesa-redonda, gostaríamos de adotar uma perspectiva um pouco mais ampla. Estamos nos reunindo em um momento de profundos desafios globais, desigualdades crescentes, conflitos, incertezas econômicas, pressões democráticas e dificuldades crescentes na cooperação internacional. Nesse contexto, vale a pena perguntar não apenas como implementamos a economia social e solidária, mas também por que ela é estrategicamente importante hoje e qual papel deve desempenhar no sistema internacional que estamos moldando. Tenho algumas perguntas.

Gostaria de convidar novamente todos os oradores a ouvirem suas opiniões, mas gostaria de ser breve para que tenhamos tempo de ouvir todos e responder a vocês também, porque gostaríamos de ouvir suas reflexões. Minha primeira pergunta, dirigida a alguns de vocês, é: no atual contexto de desigualdades, conflitos e crescentes pressões sobre a cooperação multilateral, por que a economia social e solidária é estrategicamente importante hoje? E gostaria de começar convidando nosso país anfitrião, a Espanha.

**Representante do Brasil - Sergio Danese**

Muchas gracias. O Brasil tem o prazer de participar deste evento sobre um tema tão importante para nos ajudar a olhar para a Ásia. A economia social e solidária é particularmente relevante no contexto internacional atual, pois oferece ferramentas concretas para combater desigualdades, promover o trabalho decente e fortalecer questões sociais, ao mesmo tempo em que contribui para um desenvolvimento econômico sustentável e inclusivo. Também acho importante lembrar a relação direta que a economia social e solidária tem com a maioria dos ODS, e que é muito óbvia, não é? Portanto, é um instrumento para alcançar esses ODS. Menos de cinco anos atrás, a partir de 2030, estávamos na agenda 2030. Em um cenário marcado por múltiplas crises e profundas transformações econômicas, tecnológicas e ambientais, isso demonstra que é possível combinar atividade econômica, criação de negócios e emprego com inclusão social, participação democrática e desenvolvimento sustentável. Para o Brasil, a SSE também ajuda a fortalecer a resiliência das economias e comunidades. Cooperativas, associações e outras entidades da SSE podem ampliar o acesso a oportunidades econômicas, serviços e mecanismos de proteção, mesmo em contextos onde os mecanismos tradicionais de mercado ou a oferta pública enfrentam limitações maiores. Especialmente no contexto das grandes dificuldades fiscais enfrentadas por muitos países. Para o Brasil, o SSI está diretamente ligado à promoção da justiça social e do trabalho decente. Sua importância estratégica, portanto, reside não apenas em seu potencial econômico, mas também em sua capacidade de colocar pessoas, trabalho e desenvolvimento inclusivo no centro das políticas públicas. Nesse sentido, o crescente reconhecimento da SSE no sistema multilateral, especialmente por meio de resoluções da Assembleia Geral das Nações Unidas e da OIT, representa uma oportunidade para transformar esse reconhecimento político em políticas públicas e resultados concretos nos países e, como se diz, definitivamente, na implementação dos ODS. Muito obrigado.

**Representante da Espanha - Yolanda Diaz**

Faço esta declaração simples; Já a compartilhei com o Ministro do Senegal e com a experiência da África. Acho que também podemos aprender muito com a experiência deste continente. Acho que hoje, se há algo que não podemos encurtar, é justamente a economia social. Digo isso honestamente e faço uma primeira declaração. Os palestrantes anteriores já falaram sobre isso. Devemos reduzir a informalidade, devemos democratizar a economia e distribuir a riqueza, precisamos da integração das mulheres em condições de igualdade, e tudo isso, junto com os jovens, é chamado de economia social. Faço uma primeira afirmação.

Do lado do governo espanhol, não compartilhamos os cortes feitos no âmbito da Organização Internacional do Trabalho em relação à cooperação internacional. Como sabem, 50% desses cortes foram reduzidos, e ainda menos a prática de dissolver o Departamento de Economia Social. Digo isso com absoluta franqueza, porque se há algo que não podemos encurtar, é justamente neste assunto.

Por que a economia social é tão importante? Primeiro, porque é uma economia que democratiza os recursos. Segundo, serve para reduzir desigualdades em nossas comunidades. Terceiro, é particularmente cara e próxima às mulheres, muito importante.

Em quarto lugar, porque nos setores produtivos, acho que habitação, agricultura, pesca e cultura são muito importantes, muitos elementos são fundamentais. Portanto, e vou encerrar aqui, nossa experiência na Espanha é muito importante. Pela primeira vez na democracia, destinamos 2,8 bilhões de euros à economia social.

Criamos um centro de ponta, mencionado em San Sebastián, para estudar e aprender sobre a economia social. E agora, o ministro búlgaro falava sobre empresas sociais. Vamos dar um novo passo para definir claramente o que são empresas sociais.

E permita-me, quero parabenizar o ministro sul-coreano, porque eles agora aprovaram sua lei de economia social. E acho que temos a missão de trabalhar juntos para aprovar a terceira resolução das Nações Unidas. Acredito que os países presentes estão trabalhando de forma constante para que essa terceira resolução seja aprovada pelas Nações Unidas.

**Moderador:** Obrigado. Muito obrigado, Sr. Vice-Presidente. E também obrigado pela defesa contínua e constante, apoio e liderança da Espanha na integração da economia social e solidária de forma verdadeiramente sólida às agendas multilaterais e internacionais. Portanto, gostaria de dar a palavra ao Brasil para a próxima vez.

Muito obrigado, senhor Embaixador. E também obrigado ao Brasil pelo importante papel que o senhor desempenhou ao colocar a economia social e solidária no centro da agenda internacional. Desejo agora dar a palavra à República da Coreia por suas intervenções. Obrigado. Gostaria de dar a palavra à República da Coreia para que elas compartilhem suas opiniões.

**Representante da República da Coreia - Yun Ho-Jung**

Em 15 de setembro, adotamos a Lei Fundamental sobre a Economia Social e Solidária. Trabalho como membro da Assembleia Nacional há 12 anos para estabelecer essa lei. E é uma lei muito especial que foi adotada. Na Resolução nº 213 da ONU da 79ª sessão das Nações Unidas, foi recomendado que os Estados-membros tenham legal e sistematicamente o direito à economia social e solidária. Essa lei regula a definição e o alcance da economia social e solidária e, por meio do comitê do Presidente, contém o arcabouço institucional e o apoio ao planejamento básico, à economia social e solidária, bem como à contratação pública.

Partindo do projeto de lei, a República da Coreia promove ativamente a economia social e solidária. Quero enfatizar que a economia social e solidária é a solução para o declínio demográfico, a perda rural e a crise climática da transição energética, assim como para os problemas internos dos jovens. A economia social e solidária oferece serviços e empregos baseados na participação e cooperação do povo, e resolve problemas difíceis de resolver apenas por meio do mercado e do governo.

Em particular, o governo coreano anunciou um plano abrangente para a economia social e solidária ao se juntar aos 20 ministérios em junho. Essa informação foi incluída no relatório do Secretário-Geral. A política, que foi dividida em quatro áreas, como cuidados, habitação, energia, áreas rurais, etc., está agora sendo implementada. Ela está vinculada à economia social e solidária e constitui uma resposta à coerência e à divulgação das políticas . *Para dar* uma breve explicação, no campo dos cuidados, a economia social e solidária é um parceiro-chave do cuidado integrado. A economia social e solidária é um parceiro-chave no cuidado integrado. No setor residencial, a economia social e solidária oferece habitação social por meio da cooperação entre a economia social e a economia solidária. Nas áreas rurais, a especialização das áreas rurais, a economia social e solidária está se desenvolvendo. No setor de energia, planejamos construir mais de 3.000 vilarejos movidos a energia solar até 2030. Planejamos construir mais de 3.000 aldeias solares até 2030. Uma vila solar é um modelo onde os moradores combinam cooperação e produção solar e a instalam no futuro. Os lucros serão usados para fornecer refeições e serviços de transporte público para a vila. Uma vila solar não só ajudará na conversão de energia, mas também será uma alternativa social e econômica para superar o desastre regional aumentando a renda e revitalizando a região. Estamos trabalhando duro. Seguiremos em frente e entraremos em contato com você novamente.

**Moderador** : Muito obrigado por esta contribuição. E, acima de tudo, parabéns pela recente aprovação da Lei Nacional sobre a Economia Social e Solidária, que o senhor nos descreveu. Gostaria agora de dar a palavra à França.

**Representante da França - Jérôme Bonafo**

Devemos compartilhar os microfones em solidariedade. Muito obrigado. Muito obrigado, Senhora Vice-Presidente, por organizar esta reunião. Meu espanhol é ruim. Falarei em francês. Muito obrigado por nos receberem no Instituto Cervantes. Algumas breves observações. A França apoia a resolução porque o setor da economia social e solidária representa 10% do nosso PIB e do emprego na França. Com fundações, associações, cooperativas e fundos mútuos, especialmente nos setores de saúde, aposentadoria e banco. Portanto, é um setor que representa grande parte do país. Baseia-se em uma lei de 2014 e em uma nova estratégia nacional que adotamos em 2026. Você levantou a questão do multilateralismo.

Qual é esse interesse? Para mim, o interesse é avançar em direção a objetivos de desenvolvimento sustentável. Precisamos ver como a economia social e solidária nos permite avançar mais rápido em direção a esses objetivos. Por quê? Existe o mercado. O mercado é fantástico. Ele cria riqueza fantástica. Mas a distribuição da riqueza importa pouco porque é a lei da oferta e da demanda que trata da distribuição. Há o Estado, a autoridade pública, as autoridades territoriais. Isso é muito bom, mas é uma administração. Então, é algo baseado em procedimentos legais, etc.

O setor da economia social e solidária é uma espécie de intermediário por meio do qual, de forma relativamente democrática, a própria população participa da criação e distribuição de riqueza para o desenvolvimento econômico e social, para alcançar esses objetivos, como a

distribuição justa da água potável, o acesso das mulheres à saúde reprodutiva, etc. Não vou citar todos. Assim, é interessante em uma economia ter essa variedade, esses polos diferentes. E ter essa força em um país lhe confere um caminho político distinto pelo qual avança mais para o multilateralismo e menos para o confronto. Por quê? Simplesmente porque esse setor se baseia na cooperação. Ele é baseado no diálogo e na democracia. E, portanto, carrega muitas coisas.

**Representante do Senegal - Alioune Dione**

Obrigado. Posso me desviar um pouco do assunto, mas gostaria de apresentar um argumento concreto. Nesta assembleia geral, quase todos os líderes do Sul Global falaram sobre a divisão digital e expressaram preocupação com a capacidade de bilhões de pessoas no Sul de acessar redes sociais, Internet, inteligência artificial, seja por meio de equipamentos, transferência de tecnologia ou transferência de know-how. E aqui, parece-me que o tema que a comunidade daqueles que acreditam nisso deve abordar é como colocamos a economia social e solidária, essas estruturas, esses recursos financeiros e esses recursos humanos a serviço da generalização do uso dessas tecnologias e métodos, a fim de demonstrar a relevância da economia social e solidária em uma das grandes questões que moldam a humanidade hoje, a saber, o acesso a esses novos modos de comportamento humano. E vou parar por aqui. Obrigado.

**Representante da Polônia - Agnieszka Dziemanowicz-Bak**

Obrigado. Serei breve, porque acho que o próximo passo deve ser — aquilo de que você já está falando. Precisamos traduzir o crescente reconhecimento político. da economia social e solidária em políticas, instituições e resultados concretos e mensuráveis. Portanto, implementação, mas também avaliação desse efeito. As Nações Unidas e a OIT podem desempenhar um papel importante em ajudar os países a criar as condições que a economia social e solidária possa desenvolver. Isso significa apoiar marcos legais e políticas públicas adequados, fortalecer a capacidade institucional e, acima de tudo, em termos de avaliação, construir uma base de evidências mais sólida por meio de estatísticas e dados confiáveis. O que também precisamos, e vocês também discutirão isso, é mais cooperação internacional e troca de experiências. Nesse contexto, saúdo a iniciativa de criar um grupo de amigos, à medida que países e regiões desenvolvem soluções diferentes, e uma das vantagens da cooperação multilateral é que abordagens bem-sucedidas podem ser compartilhadas, adaptadas e, em diferentes contextos, depois reinventadas do zero. O ponto importante, portanto, para voltar ao painel anterior, é passar do reconhecimento à implementação, de reconhecer a importância da economia social e solidária para criar as condições legais, institucionais e financeiras que permitam que ela alcance resultados no terreno. Obrigado.

**Representante da Espanha – Yolanda Diaz**

Sim, porque é muito rápido, o que a OIT não faz é perfeito. Bem, a OIT não poderia, é claro, continuar na linha dos cortes na economia social. A OIT tem cem anos no sistema multilateral e, como dissemos no debate anterior, antes da Liga das Nações, mas a economia social também faz parte da história da OIT. Portanto, a primeira coisa foi que não era possível reduzir a economia social. 2, não podemos avançar na redução de 50%. Na cooperação internacional, na OIT, quero ser claro: oradores anteriores e pessoas aqui dizem que ainda precisamos de cooperação Sul-Sul e cooperação triangular. França e Espanha são presididas, agora somos co-presidentes. O Comitê de Luxemburgo, tivemos enormes desafios *** no clube, por parte dele, amigos da economia social, mas precisamos de mais economia social, e não exatamente nem menos. E por quê? Acho que a chave,

repito, são os 4.000 milhões de pessoas que temos no mundo sem proteção social. E se há algo que seja fundamental. Para melhorar a proteção social em todo o mundo, é justamente a economia social. Repito, tínhamos um compromisso da Conferência de Sevilha de implementar a proteção social. Estamos nos afastando, como diz o embaixador brasileiro, dos objetivos de desenvolvimento sustentável. Não estamos elogiando; não estamos chegando perto. No século XXI, as metas que estabelecemos para nós mesmos, e isso é fundamental, mas o que o embaixador francês está dizendo agora, que parece não ter nada a ver, mas tem, é que eu persegui a tecnologia e a inteligência artificial também devem ser colocadas a serviço da economia social, da democracia econômica e, consequentemente, da redução e das desigualdades sociais. E vou encerrar *** um. Um tema que também foi levantado por palestrantes anteriores e acho que pelos atuais palestrantes, o presidente brasileiro, é que precisamos de dados da economia social para corrigir e implementar políticas públicas. Em nosso país, pela primeira vez, temos contas satélite no Orçamento Geral do Estado que integram a economia social, mas isso é essencial para que também possamos medir a economia social em nosso país. E concluo. Acho que há um risco nesses momentos históricos de cometer erros, erros, e há elementos centrais nesses que não puderam ser cortados. Insisto, na cooperação, na economia social, porque, em suma, es parlare di uguale. E vou terminar. No meu país, recentemente, inauguramos a iniciativa Mulheres para a Economia Social. Acho muito importante, e algo que trazemos aos amigos da economia social, que tenhamos conseguido lançar uma iniciativa desse tipo em todo o mundo.

Apresentador 4

Maravilhoso. Muito obrigado à Espanha por esta intervenção, por nos receber hoje e também por sua liderança nessa questão. Estamos no prazo. Portanto, não vou tentar resumir o que ouvimos hoje. A discussão foi muito rica. Mas gostaria de agradecer novamente a todos os painelistas e peço desculpas por ter sido um pouco duro com vocês, para que possamos ouvir todos vocês. É um desafio quando temos tanta riqueza, ou panelistas com tanta experiência e perspectivas importantes para incluir nesta discussão. A boa notícia é, claro, que este não é o fim. Continuaremos a colaboração em diferentes formatos. Continuaremos a discussão. Como você e a ESSA, permanecemos comprometidos em apoiar esse trabalho, esse trabalho tão importante na difícil situação global em que nos encontramos. Gostaria, vou parar por aqui, mas convido todos os painelistas a virem tirar uma foto de família.